

RBA Setenta Anos. A criação da ABA e os direitos fundamentais

Gustavo Lins Ribeiro

A realização da 1ª Reunião Brasileira de Antropologia, em 1953, no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, é um momento fundamental na história da moderna antropologia no país, em especial em seus aspectos institucionais, epistemológicos, políticos. Foi um momento decisivo de articulação política, um passo para a criação da Associação Brasileira de Antropologia, dois anos depois, na 2ª Reunião Brasileira de Antropologia, em Salvador, em 1955. Por causa disso, eu digo que a ABA tem duas datas de fundação, 1953, quando se resolveu fundá-la no seguinte congresso e 1955, quando formalmente foi criada. Desde então, há setenta anos, assistimos à inserção dos antropólogos, por meio da Associação Brasileira de Antropologia, de seus eventos e suas iniciativas, em diferentes âmbitos das políticas públicas no Brasil. Podemos destacar, ainda, a interface com o indigenismo e as políticas de defesa dos direitos humanos de minorias.

Quando me pergunto o que faz a antropologia feita no Brasil ser diferente da que é realizada em outros países? Sempre penso que, historicamente, além dos seus próprios méritos acadêmicos e seu notável crescimento nos últimos 50 anos, a resposta passa em grande medida pelo papel aglutinador e de defesa da profissão que a ABA tem exercido desde a primeira e a segunda RBAs. Na verdade, quando olhamos as demais associações antropológicas mundo afora, nós percebemos duas coisas. Primeiramente, o tamanho da ABA, que é uma associação que se sustenta financeiramente de forma ininterrupta há décadas e que tem, há 20 anos ou mais, um quadro

de funcionários, além de uma sede permanente em um espaço gentilmente cedido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília.

No mundo antropológico, são poucas as associações que têm pessoal administrativo permanente e uma sede, talvez, com a ABA são apenas umas três ou quatro. Nesse sentido, podemos afirmar que nossa associação, depois da Associação Americana de Antropologia, é a maior e mais organizada, além de fazer, bienalmente, o segundo maior congresso nacional. De fato, a ABA conseguiu um respeitável *know-how* organizativo; por isso, temos que agradecer tanto às diversas diretorias quanto ao nosso dedicadíssimo e eficiente pessoal administrativo. Esse *know-how*, sem dúvida, contribuiu também para reforçar nosso capital político.

Em segundo lugar, dificilmente encontraremos uma associação com o lugar na política nacional e com a capacidade de intervenção, cada vez mais complexa, nas políticas públicas e institucionais de interesse direto dos antropólogos. Exemplifica essa nossa inserção na política republicana o fato de a ABA estar presente em grandes debates no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal, e em vários fóruns do Governo Federal. Além disso, há décadas temos um convênio com a Procuradoria Geral da República; sem falar no capital político existente junto a outras grandes associações da nossa área e para além dela, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, para nomear apenas uma.

Quais os papéis que os antropólogos têm desempenhado como intelectuais públicos? Que papel a ABA teve, ao longo de meio século, na estruturação deste campo no Brasil? Como esta trajetória indica caminhos para o futuro, em especial no que diz respeito à formulação de políticas públicas de ciência e tecnologia e de ensino de pós-graduação? Qual, a partir de uma mirada histórica, o futuro da antropologia (a) enquanto disciplina e (b) com relação ao seu engajamento em questões políticas mais amplas no Brasil? Como intensificar, a partir da experiência acumulada, a internacionalização da antropologia brasileira? Estas e outras perguntas apenas podem ser respondidas levando em consideração a atuação da ABA, de seus associados e suas lideranças.

Vou reiterar o que mencionei, a ABA, como poucas associações científicas brasileiras e internacionais, tem se mobilizado e pronunciado, ao longo das sete décadas de sua existência, na defesa dos direitos humanos e na promoção de uma sociedade mais justa, igualitária, onde o racismo e outros preconceitos definitivamente não tenham lugar. Seu papel histórico em defesa dos direitos indígenas leva a marca de ex-presidentes da ABA como Darcy Ribeiro, Eduardo Galvão, Roberto Cardoso de Oliveira, Manuela Carneiro da Cunha, Roque de Barros Laraia, Sílvio Coelho dos Santos, João Pacheco de Oliveira e Yonne Leite. A associação esteve e continua presente na luta pelo reconhecimento de territórios étnicos no Brasil, como os dos quilombolas, na denúncia do racismo ou de outras formas de intolerância como ataques orientados por preconceitos de gênero.

A ABA é uma sociedade científica politicamente engajada no aprofundamento da democracia, do bem-estar e da justiça social. Um dos nossos papéis é mostrar, nos momentos necessários, aquilo que o saber acumulado pelos antropólogos indica como problemático em matéria de políticas públicas ou de iniciativas privadas. Deste papel, não abrimos mão, em tempos difíceis como a ditadura militar, nem muito menos quando a associação foi perseguida pelo Congresso Nacional, poucos anos atrás, ou durante a “noite escura” do governo bolsonarista. Nossa responsabilidade política específica é diferente da de outros sujeitos políticos que podem, taticamente, simplificar a realidade social, cultural, econômica e política dos agentes envolvidos em determinados embates. Como aliados de todos aqueles que, democraticamente, querem ver o racismo e a opressão desaparecerem no Brasil, cabe, a nós, não somente ouvirmos e cooperarmos mas também alertarmos, nas mais diversas situações, inclusive naquelas em que os objetivos finais possam até ser por nós compartilhados, quando equívocos evidentes estão sendo ou serão cometidos.

Estou convencido dessa nossa importância há muito tempo. Eu a reiterarei quando fui presidente da Associação, por exemplo, em uma carta ao presidente do Senado Federal, em fevereiro de 2004, uma reação provocada

por ataques aos antropólogos por sua defesa dos direitos dos povos indígenas. Assim, reproduzo um trecho:

Os antropólogos brasileiros têm contribuído para formular os quadros de compreensão e, às vezes, a própria legislação concernente à questão indígena e de outras minorias no Brasil. Não é raro que se envolvam, por força de necessidades legais, em conflitos relativos à identificação e demarcação de terras indígenas ou de quilombos. No meio destes conflitos, procura-se, interessadamente, desqualificar o trabalho antropológico desconhecendo que o antropólogo entra no processo não para dar um atestado de que um grupo étnico existe, mas para subsidiar as decisões que o Estado, por força constitucional, tem que fazer. O que seria, hoje, da atuação do Estado brasileiro nesta área se não houvesse no país uma antropologia forte e atuante, internacionalmente respeitada? O Estado contrataria antropólogos estrangeiros para lidar com esses assuntos? Ou simplesmente criaria ficções, bem ao gosto de elites autoritárias, para afirmar, de maneira retrógrada, que o conhecimento antropológico nada tem a dizer sobre esses conflitos nem sobre a realidade das chamadas minorias étnicas internamente ao Estado-nação?

Pobre daquele país que não conta com a capacidade de ser pensado cientificamente nem com os quadros necessários para inseri-lo nos debates e problemas de ponta da vida contemporânea. Torna-se um refém daqueles que, no poder, pensam que o mundo se faz à sua imagem e semelhança. Temos certeza de que este não é o caso do Brasil, mesmo porque o desconhecimento e a ignorância são os maiores parceiros do medo. Queremos crer que o Brasil caracteriza-se por uma esperança sim, daquele tipo que se nutre do saber e da compreensão.

Apesar das elites atrasadas de todos os matizes, estamos seguros de que o Senado Federal compreenderá que os antropólogos brasileiros têm dado, há muitas décadas, uma grande contribuição adentrando no interior do país, pesquisando, estudando, acumulando conhecimento e tornando-o útil para que tenhamos um país mais justo, solidário, senhor dos seus problemas e soluções.

Esse é um modesto exemplo do que sempre estamos fazendo na Associação Brasileira de Antropologia: interpelando os poderosos e posicionando-nos como aliados de todos que sofrem as mazelas do Brasil e os diversos tipos de discriminação que afetam os direitos fundamentais da pessoa humana.